



**Prefeitura Municipal**  
**de Alta Floresta**  
ESTADO DE MATO GROSSO



Of. 174/2014-GAB/SECMA

Alta Floresta, 10 de Outubro de 2014

Ao Excelentíssimo Senhor

**Marcos Duarte**

Diretor de Meio Ambiente da Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP)

Prezado Senhor,

Fundado em 1976, o município de Alta Floresta localiza-se no extremo Norte do Mato Grosso, a cerca de 830 quilômetros da capital Cuiabá. Seu território abrange 8.976 km<sup>2</sup>, com uma população aproximada de 49.164 habitantes (IBGE 2010).

Forma, juntamente com outros 15 municípios do entorno, o denominado Território Portal da Amazônia que, por sua vez, representa 12,3% da área e 8,5% da população do Estado do Mato Grosso.

Em 2012, teve o nome retirado da lista de municípios que requerem ações prioritárias para prevenção, monitoramento e controle do desmatamento no Bioma Amazônia, como resultado de ações específicas para inscrição das propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e da implementação da estratégia de recuperação das suas áreas desmatadas e degradadas.

Diante desse cenário a Prefeitura Municipal, representada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SECMA), abraçou a causa e escreveu um projeto ao FUNDO AMAZONIA - Banco BNDES, (Projeto denominado : “Olhos d’Água da Amazônia”), com o intuito de apoiar a recuperação de áreas degradadas e o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis com vista á regularização

ambiental e fundiária das propriedades rurais de agricultura familiar no Município de Alta Floresta.

O projeto Olhos d'Água da Amazônia contemplou um conjunto de ações para enfrentar o problema de degradação ambiental rural do município de Alta Floresta, especialmente de nascentes localizadas em pequenas propriedades, prevenindo o comprometimento da disponibilidade de água no município.

Entre as atividades implementadas pelo projeto constou o apoio ao processo de adesão dos pequenos proprietários rurais ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), instrumento de gestão ambiental que permite delimitar, por meio do geoprocessamento, as propriedades rurais, identificando as áreas de preservação permanente e de reserva legal, para fins de recuperação e monitoramento ambiental.

O projeto apoiou, ainda, a elaboração de projetos técnicos de recuperação das áreas de preservação permanente dos imóveis rurais e a viabilização das ações de recuperação das nascentes nas pequenas propriedades, bem como a implantação de projetos demonstrativos de sistemas agroflorestais com plantio de sementes e mudas, e de unidades de manejo ecológico de pastagens em 20 unidades rurais de Alta Floresta.

Além de ter contribuído de forma determinante para a exclusão do município de Alta Floresta da lista dos municípios que mais desmatam na Amazônia e para a recuperação de áreas degradadas, o projeto Olhos D'Água da Amazônia teve o mérito de fornecer à administração municipal instrumentos para o aprimoramento e o fortalecimento das ações de monitoramento e controle do desmatamento.

Foram realizadas várias atividades:

1) Capacitação da equipe técnica, com ênfase nas áreas de georreferenciamento, cadastro ambiental rural (CAR), implantação de sistemas agroflorestais para a recuperação de áreas degradadas, manejo de pastagens e monitoramento ambiental;

2) Mobilização dos produtores rurais para a regularização ambiental de suas propriedades por meio da adesão ao cadastro ambiental rural (CAR) e para a obtenção de certificado do imóvel rural expedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);

3) Apoio à implantação do cadastro ambiental rural (CAR) em Alta Floresta. Foram protocolados pedidos de inscrição no CAR relativos a 2.801 imóveis junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso, abrangendo uma área de 159.028 hectares;

4) Realização do georreferenciamento geodésico de 1.220 imóveis rurais visando a obtenção de certificado do imóvel rural expedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), abrangendo uma área de 46.858 hectares;

5) Reflorestamento de 1.738 hectares em áreas de preservação permanente degradadas (matas ciliares), por meio da distribuição de materiais aos produtores rurais, tais como arame, lascas, sementes e mudas, para o isolamento das áreas e plantio. Desse total 101 hectares foram implantados por meio de sistemas agroflorestais, que combinam espécies arbóreas com cultivos agrícolas. Foram, ainda, cercadas 400 nascentes para fins de sua recuperação;

6) Monitoramento das áreas degradadas em processo de recuperação e regeneração natural em torno de nascentes e ao longo do curso de rios, bem como monitoramento do desmatamento e queimadas em 100% da área do município de Alta Floresta;

7) Instalação de 20 unidades demonstrativas de manejo de pastagens e de sistemas agroflorestais, com 80 hectares de pastagem recuperados;

8) Construção de um banco de dados geográficos na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Alta Floresta, com os dados das propriedades inscritas no CAR e de imagens de satélite com informações relevantes sobre as propriedades rurais;

9) Realização do seminário “Recuperação de Área de Preservação Permanente Degradada e Manejo de Pastagens no Portal da Amazônia”, focado no alinhamento conceitual e prático nos temas de recuperação de áreas degradadas e de manejo de pastagens para pecuária leiteira e de corte e do seminário “Estratégias e Projetos para um Município Sustentável na Amazônia”, em que foi feita uma avaliação dos impactos alcançados no primeiro ano de execução do projeto Olhos D’Água da Amazônia.

O projeto Olhos D’Água da Amazônia contou, entre outros, com os seguintes parceiros: Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), Instituto Centro de Vida (ICV), Instituto Ouro Verde (IOV), Fundação Avina, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (SEMA - MT), Secretaria Municipal de Agricultura de Alta Floresta e Sindicato Rural de Alta Floresta.

O projeto Olhos D’Água da Amazônia foi determinante para a saída do município de Alta Floresta da lista dos municípios que mais desmatam na Amazônia. O Governo Federal estabeleceu que os municípios excluídos dessa lista passam a ser considerados com desmatamento monitorado e sob controle, devendo ser priorizados na alocação de incentivos econômicos e fiscais, planos, programas e

projetos, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis.

Assim objetivando a continuidade e ampliação dos resultados do projeto Olhos d'Água da Amazônia fase I, foi contratado com o município de Alta Floresta, em 05.09.2013, um novo apoio do Fundo Amazônia, denominado de projeto Olhos d'Água da Amazônia - Fase II, que tem como finalidade apoiar a recuperação de áreas degradadas objetivando a regularização ambiental de propriedades rurais de agricultura familiar, a certificação dos imóveis rurais junto ao INCRA e o apoio ao desenvolvimento de iniciativas produtivas sustentáveis, tais como:

- Continuação com pós CAR;
- Regularização fundiária (Georreferenciamento);
- Recuperação de áreas degradadas (APPD)
- Implantação de hortas orgânicas;
- Produção de mel;
- Recuperação de pastagem;
- Produção leiteira;
- Piscicultura;
- PSA – Pagamento por Serviços Ambientais.

Hoje estamos no desenvolvimento desse projeto que finalizará em março do ano de 2016.

Já licitamos a equipe para desenvolver o trabalho, todos equipamentos necessários para desenvolver o projeto (alguns GPS, carro, Retroescavadeira, trator, implementos, etc) e também os materiais a serem doados aos pequenos proprietários beneficiários do referido projeto (lascas, arames, calcário, sementes, adubos, kits das hortas, poços semi-artesianos, etc).

Dentre os itens adquiridos como a lasca e o arame, é um dos materiais de suma importância para o sucesso do nosso objetivo principal que é a recomposição das áreas de preservação permanente. O material adquirido pelo projeto não atende toda a demanda, ou seja, das áreas a serem isoladas para recomposição.

Sabendo da dificuldade da nossa agricultura familiar em adquirir esses materiais a Secretaria de Meio ambiente vem tentando buscar parcerias, para aquisição de lascas, palanques e arame para efetivação das áreas de proteção dos nossos mananciais, para que seja viabilizado com êxito o projeto.

Porém no momento estamos encontrando dificuldade devido à situação em que se encontra o Município.

Mediante o exposto a Secretaria de Meio Ambiente vem reiterar a solicitação em nome dos Pequenos produtores, junto a Vossa Excelência a possibilidade de ajudar na aquisição de no mínimo 2.000 m<sup>3</sup> de madeiras, (equivalente a 6.000 mil dúzias de lascas), podendo ser das seguintes espécies; Amescla, Itaúba, Canelão, aroeira, Maçaranduba, dentre outras indicadas para a referida finalidade.

Na certeza de contar com atenção, compreensão, apoio e sensibilidade de Vossa Excelência para com o pleito, agradecemos e renovamos nossos votos de estima e elevada consideração.

Cordialmente,

  
Aparecida Scatambuli Sicuto  
Secretária de Meio Ambiente